

**RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO DA EMPRESA GOES, MONTEIRO E TOCANTINS –
ADVOGADOS ASSOCIADOS**

EDITAL Nº 01/2021 TOMADA DE PREÇOS – TIPO TÉCNICA E PREÇO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, OBJETIVANDO
A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

Trata-se da análise de questionamento feito pelo interessado SR. DANIEL DA SILVA CAMPOS, representando a empresa GOES, MONTEIRO E TOCANTINS – ADVOGADOS ASSOCIADOS.

1. PRELIMINARMENTE

As razões do questionamento foram apresentadas no dia 27/08/2021, via e-mail, que segue nos autos do processo, tempestivamente.

2. SÍNTESE DAS RAZÕES

Foram apresentadas de forma simples dúvidas do licitante encaminhadas a esta Comissão Permanente de Licitação via e-mail, que será juntado aos autos do processo. Abaixo seguem resumidamente as razões:

Na condição de interessados na participação da licitação acima descrita, temos os seguintes pedidos de esclarecimentos.

1. O item 7.2 do edital dispõe que os “licitantes deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público, que comprove a experiência da licitante na realização de trabalhos pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, dentre eles, prestação de serviços de consultoria ou assessoria jurídica em processos judiciais e administrativos, representação judicial ou extrajudicial, emissão de pareceres jurídicos, e consultoria jurídica no âmbito de licitações, prestados em favor de pessoas jurídicas de direito público.
 1. Questiona-se: o atestado de capacidade técnica deve ser emitido em nome do escritório de advocacia ou pode ser em nome de algum dos seus sócios?
2. Para estimativa correta do preço a ser apresentados, por gentileza informar:
 1. Estimativa de quantitativo mensal de pareceres;
 2. Estimativa de quantitativo mensal de reuniões a que o escritório contratado deverá comparecer;
 3. Estoque atual dos processos, bem como sua natureza (cível/trabalhista/administrativo/tributário);

4. Estimativa de quantitativo mensal de audiências;
3. Com relação aos honorários sucumbenciais decorrentes das ações judiciais, estes serão revertidos ao escritório contratado?

3. RESPOSTA

QUESTIONAMENTO 1:

O item 7.2 do edital dispõe que os “licitantes deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público, que comprove a experiência da licitante na realização de trabalhos pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, dentre eles, prestação de serviços de consultoria ou assessoria jurídica em processos judiciais e administrativos, representação judicial ou extrajudicial, emissão de pareceres jurídicos, e consultoria jurídica no âmbito de licitações, prestados em favor de pessoas jurídicas de direito público.

- a. *Questiona-se: o atestado de capacidade técnica deve ser emitido em nome do escritório de advocacia ou pode ser em nome de algum dos seus sócios?*

Resposta: Conforme expressamente consignado no item 7.2, os atestados devem comprovar a experiência da licitante. Neste sentido, considerando que o objeto do edital é a contratação de sociedade de advogados, em respeito ao princípio da segurança jurídica, os atestados devem comprovar a capacidade técnica da pessoa jurídica a ser contratada.

QUESTIONAMENTO 2:

Para estimativa correta do preço a ser apresentados, por gentileza informar:

- a. *Estimativa de quantitativo mensal de pareceres;*
- b. *Estimativa de quantitativo mensal de reuniões a que o escritório contratado deverá comparecer;*
- c. *Estoque atual dos processos, bem como sua natureza (cível/trabalhista/administrativo/tributário);*
- d. *Estimativa de quantitativo mensal de audiências;*

Resposta: O CRESS não pode precisar o montante de pareceres e audiências mensais, pois inexiste um número exato, variando de um mês para o outro. Ademais, com relação ao montante de processos, o CRESS conta hoje com 500 processos em trâmite perante a Justiça Federal e Comum. Além dessas informações, em se tratando de serviços a ser contratado por valor fixo mensal e não unitário, deve-se considerar, para fins de estimativa de preços, a obrigatoriedade de prestação de serviços in loco de no mínimo 30 (trinta) horas por semana e demais características consignadas no item V – Atividade em Espécie, do Anexo II Projeto Básico que acompanha o ato convocatório.

QUESTIONAMENTO 3:



Com relação aos honorários sucumbenciais decorrentes das ações judiciais, estes serão revertidos ao escritório contratado?

Resposta: Sim.

Thamiry Sampaio da Rocha
Presidente Comissão Permanente de Licitação